



Revista Perspectivas do Desenvolvimento foi licenciada com uma Licença
Creative Commons – Atribuição-Compartilhada 3.0 Não Adaptada

Universidade de Brasília
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Fonte: <http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/index>. Acesso em: 8/12/2014.

REFERÊNCIA

NEGRI, C. Democracia, mudança de valores e transformação ideológica da esquerda na América Latina. Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional, v. 2, p. 197-216, 2014. Disponível em: <
<http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/issue/view/952/showToc>
>. Acesso em: 8 dez. 2014.

DEMOCRACIA, MUDANÇA DE VALORES E TRANSFORMAÇÃO IDEOLÓGICA DA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

Camilo Negri¹

RESUMO

O artigo analisa o paradoxo da restrição ideológica na América Latina que atua delimitando as ideologias que compõem o espectro de conteúdos democraticamente viáveis na região. Característica do jogo eleitoral das democracias liberais, a restrição ideológica afeta as esquerdas latino-americanas e constitui-se como processo de hegemonização de valores e propostas econômicas liberais. Assim, a mudança de valores, ao mesmo tempo em que amplia a democratização das sociedades, reduz suas possibilidades de transformação.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia, ideologia, esquerda, mudança de valores, América Latina.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo problematizar o paradoxo da restrição ideológica que caracteriza a democratização na América Latina. A questão de fundo é entender a relação entre a mudança de valores políticos que, por um lado, amplia o “espírito democrático”, mas por outro, reduz as variações ideológicas de contestação, especificamente aquelas defendidas pelas novas esquerdas latino-americanas que ascendem ao poder no início do século XXI. Para isso, primeiramente, são considerados os fundamentos teóricos da democracia; após, a situação geral das esquerdas latino-americanas é analisada, especificamente aquelas que ascendem ao poder no início do século XXI, em diversos países da região; e, por fim, as transformações ideológicas que viabilizaram a eleição de representantes identificados com a esquerda, mas que impossibilitam propostas econômicas à esquerda, são problematizadas.

Em termos gerais a teoria democrática procedimental é representada pela concepção elaborada por Robert Dahl, na qual determinadas regras garantem a consecução de um conjunto de procedimentos determinantes da democracia. Essa concepção, mesmo que repleta de críticas, como a realizada por Norberto Bobbio (2000, p.427), que afirma que não basta apenas a observância dessas regras para a existência

¹ Professor do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – Universidade de Brasília. E-mail: camilo@unb.br. Agradeço à leitura atenciosa, comentários e contribuições de Henrique Carlos de Oliveira de Castro e Sonia Ranincheski e isento-os de qualquer incorreção no artigo.

real da democracia, ainda mantêm-se como uma das mais fortes teorias da democracia por seu caráter minimalista e, portanto, inclusivo.

A posição privilegiada dessa perspectiva é atingida devido à definição de características objetivas e de requisitos mínimos para a conformação prática da democracia. Dois requisitos principais devem ser considerados, a abertura à participação e à contestação. (DAHL, 2000).

Um importante indicativo da democracia é a condição que ela deve fornecer para que os mais variados tipos de propostas eleitorais concorram, em igualdade de condições e de forma livre, à possibilidade de concretização. Isso significa afirmar, nos termos de Dahl (2001, p.99), que a democracia deve proporcionar “eleições livres justas e freqüentes (...) [e] autonomia para associações”. A noção de poliarquia de Dahl (2005) reconhece no direito à oposição a característica mais importante da democracia, superando a participação. É por meio da pluralidade de forças políticas em oposição que os melhores resultados sociais podem ser atingidos pela democracia. Além disso, a existência de oposições ideológicas configura dinâmica política que permite avanços democráticos.

Apesar das possíveis garantias próprias das regras democráticas, é incomum a chegada de programas de governo de esquerda à presidência das nações latino-americanas. O caso de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito presidente do Brasil em 2002 e, posteriormente, o de Tabaré Vázquez, da coalizão Encontro Progressista – Frente Ampla, eleito presidente do Uruguai em 2004, são exemplos significativos por apresentarem a necessidade da esquerda deslocar-se para a direita no espectro ideológico para chegar ao poder (NEGRI & CASTRO, 2009).

O exemplo histórico mais importante de programa de esquerda viabilizado eleitoralmente é o do chileno Salvador Allende Gossens, da coligação Unidade Popular, eleito presidente do Chile em 1970. Allende apresenta, em meio a um cenário conflituoso devido à guerra fria e às implicações políticas no continente, o que se definiu como *Via Chilena ao Socialismo*. Uma proposta original de aplicação dos objetivos socialistas à realidade latino-americana.

Existem diferenças claras entre os dois momentos históricos em que se situam os três exemplos citados acima, que se refletem, inclusive, na compreensão do que são propostas de esquerda; contudo, em todos os casos, programas de governo de esquerda não se consolidam. Allende é deposto por meio de golpe militar em 1973, quando chegava à metade do seu mandato. Lula e Vázquez, por sua vez, abdicam de propostas

caracterizadas como sendo de esquerda durante o transcorrer de processos eleitorais modificando seus programas de governo para vencerem as eleições.

A inviabilização das propostas de esquerda, nos programas de governo de Lula e Vázquez, pode ser interpretada como um resultado característico da democracia liberal, pois corresponderia à opinião individual dos eleitores, que são os juízes do processo democrático. Tratar-se-ia da vontade da maioria, expressa durante sucessivas e periódicas votações. Isso poderia definir o conteúdo dos programas se os dirigisse para responder a essas vontades individuais. Embora as regras garantam a incerteza do resultado, elas indicariam o caminho a ser seguido. Esses caminhos que vão sendo delimitados pelo jogo democrático podem ser nítidos dentro do próprio jogo, contudo, não respondem ao que aconteceu quando um programa de esquerda chega a ser escolhido democraticamente, como no caso chileno, mas é inviabilizado devido ao seu conteúdo.

A DEMOCRACIA LIBERAL: A VISÃO PROCEDIMENTAL

A construção de uma definição de democracia, a partir da perspectiva que privilegia o conjunto de suas regras, pode ser entendida inicialmente através das qualidades que lhe são atribuídas, isto é, das justificativas para a sua utilização. Para Bobbio, “a democracia diferencia-se de outras formas de governo pelas regras que presidem à escolha dos líderes, que consiste na eleição periódica” (BOBBIO, 2000, p.426). Contudo, “a principal razão que nos permite defender a democracia está precisamente no pressuposto de que o indivíduo singular, o indivíduo como pessoa moral e racional, é o melhor juiz do seu próprio interesse” (BOBBIO, 2000, p.424). Przeworski complementa essa visão, ao afirmar que os dois elementos essenciais da democracia são “os resultados do processo democrático são incertos, indeterminados de antemão, e ‘o povo’, isto é, as forças políticas que competem pela realização de seus interesses e valores, é que determina esses resultados” (PRZEWORSKI, 1994, p.25).

A democracia, portanto, se diferenciaria de outras formas de governo pelas regras que permitem a escolha periódica de representantes pelos indivíduos transformados assim em “povo”. Essa escolha está fundamentada na ideia de que o indivíduo é o único capaz de decidir o que é melhor para si; com isto, as regras democráticas garantem a possibilidade de participação equânime dos indivíduos, que, ao final, seriam os que decidem na democracia liberal.

Participação e a igualdade são fatores fundamentais da democracia. É por isso que as seis instituições exigidas pela democracia, conforme Dahl (2001, p.99), são relativas à estes dois critérios. São elas: “1. Funcionários eleitos; 2. Eleições livres justas e freqüentes; 3. Liberdade de expressão; 4. Fontes de informação diversificadas; 5. Autonomia para associações e, 6. Cidadania inclusiva”. Para o autor, esses elementos permitem alcançar aquilo que a democracia tem para oferecer²: além da “1. Participação efetiva” e da “2. Igualdade de voto”, há a “3. Aquisição de entendimento esclarecido; 4. Exercer o controle definitivo do planejamento” e “5. Inclusão dos adultos” (DAHL, 2001, p.50).

Os funcionários (representantes) são eleitos pelos cidadãos (participação efetiva com igualdade de voto) para o controle das decisões do governo. Quanto às eleições, elas são livres para possibilitar a participação tranquila dos cidadãos, o que permite a participação efetiva, pois não existe coerção impedindo que elas aconteçam; são justas, pois todos os cidadãos contam igualmente um voto cada um; e frequentes para que haja participação efetiva e para que seja possível um controle do planejamento de governo.

Os demais critérios elaborados por Dahl, que seriam exigidos pela democracia (liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para associações e, cidadania inclusiva) visam a permitir a promoção dos seguintes elementos: participação efetiva, entendimento esclarecido, controle do programa e plena inclusão.

Outro elemento que pode ser acrescentado aos critérios elaborados por Dahl é que, na democracia os partidos políticos³ perdem as eleições: “na democracia há partidos, isto é, divergências de interesses, valores e opiniões; há competição organizada segundo regras estabelecidas e, periodicamente, alguns são perdedores e outros, vencedores” (PRZEWORSKI, 1994, p.25). Com isto, Przeworski quer indicar que não basta haver vencedores no processo democrático, “somente quando há partidos que perdem e a derrota não é nem uma desgraça social, nem um crime, a democracia pode florescer” (1994, p.25). Além disso, o autor concorda com Dahl, para quem outro

² Para o autor a democracia oferece liberdade e igualdade política para todos os membros da sociedade.

³ Conforme Dahl (2001, p.29) os partidos políticos que hoje são diretamente relacionados ao sistema democrático, não o eram quando da construção da constituição norte-americana quando se temia que eles pudessem ferir, através de uma postura de facção, os ideais democráticos. Para Przeworski, “os protagonistas da interação democrática são coletivamente organizados, isto é, são capazes de formular interesses coletivos e agir estrategicamente para torná-los realidade” (PRZEWORSKI, 1994, p.27). O mesmo autor continua, afirmando que “os indivíduos não agem diretamente na defesa de seus interesses, eles delegam a outros que o façam em seu nome” (PRZEWORSKI, 1994, p.27).

caráter fundamental da democracia é a contestação aberta à participação, principalmente porque a democracia pressupõe um governo *pro tempore* (1994, p.26), ou seja, um governo que seja temporário (o que corresponde ao critério de Dahl sobre eleições periódicas e frequentes para permitir o controle do projeto de governo). Para Przeworski, ainda, a derrota é normalizada para que os perdedores não desistam de competir nas eleições seguintes, o que se constitui como um critério importante para o processo democrático.

As decisões no sistema democrático são tomadas pelo princípio da maioria. Esse princípio serve, conforme Bobbio, para “tomar decisões coletivas com o máximo de consenso e pacificamente” (2000, p.426). O mesmo autor, contudo, realça que “nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições” (2000, p.427). Esta última característica está atrelada diretamente ao rol das preocupações dos pais fundadores da Constituição dos Estados Unidos e é identificada por Dahl (1989) como princípio da teoria democrática madisoniana.

Em função do princípio da maioria, “várias forças políticas competem entre si dentro de estruturas institucionais” (PRZEWORSKI, 1994, p.26) que “conferem a todos uma oportunidade de lutar por seus respectivos interesses” (1994, p.29). Disso decorre que “a democracia é um sistema de resolução de conflitos em que os resultados dependem do que seus participantes fazem, mas nenhuma força tem condições de controlar sozinha os acontecimentos” (1994, p.28). Contudo, conforme o mesmo autor, essa “incerteza organizada” da democracia

“não quer dizer que tudo seja possível, ou que nada seja previsível (...) os atores sabem o que é possível, pois os prováveis resultados estão previstos na estrutura institucional (...). Se os resultados fossem predeterminados ou totalmente indeterminados, não haveria razão para que os grupos se organizassem como participantes. A incerteza é que os atira no jogo democrático” (1994, p.28-9).

Essa realidade do sistema democrático fornece a possibilidade de ação instrumental por parte dos atores que podem investir,

“recursos econômicos, organizacionais e ideológicos desiguais na disputa. (...) se as instituições democráticas são universalistas – isto é, neutras em relação à identidade dos participantes – os que têm maiores somas de recursos têm mais probabilidade de sair vencedores” (PRZEWORSKI, 1994, p.27).

No sentido proposto por Przeworski, a democracia teria um caráter neutro, o que permitiria que todos lutassem por seus interesses; todavia, o mesmo autor destaca que “os resultados desse processo são determinados conjuntamente pelos recursos e pelas instituições e, portanto, a probabilidade de um grupo qualquer, identificado por sua posição na sociedade civil, chegar a realizar seus interesses de uma determinada forma e dentro de um determinado grau é, de um modo geral, distinta da de outros grupos” (PRZEWORSKI, 1994, p.27). Como em qualquer jogo, a incerteza do resultado anima a competição política e a vitória depende da construção de cenários em que a incerteza é gradualmente menor.

NOVA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

Historicamente marcada pelo pensamento e atuação da esquerda, a América Latina alimentou visões, desejos, utopias, lutas e debates em praticamente todo o mundo, por suas experiências e contribuições teóricas às ideologias posicionadas à esquerda do espectro político. A partir dos processos de independência, pensados, organizados, executados e representados por liberais, a região tende periodicamente a se agitar em torno de ideais que buscam romper com a ordem política, econômica e social.

Além de ações isoladas, os intelectuais, artistas, militantes e políticos de esquerda, extremamente ativos e engajados politicamente, já formaram redes de *intelligentsias* que ligaram a América Latina em movimentos artísticos, revolucionários e de proteção de ativistas políticos, dentre outros. Muitos revolucionários e guerrilheiros, anônimos ou ícones culturais, participaram ativamente de lutas e revoluções em seus e em outros países, circulando ativamente pela região.

Se, por um lado a esquerda latino-americana é marcada por sua contribuição para o mundo, pela atuação conjunta de grupos de diferentes países da região e pela busca de unidade identitária regional; por outro, é cindida internamente em múltiplas tendências, que dificilmente atuam conjuntamente em seus países ou se sintonizam ideologicamente na luta por um objetivo comum. Muito mais que um projeto genuinamente latino-americano, a região foi um espaço de implementação de modelos europeus, reelaboração crítica da práxis socialista e adaptação ao contexto local das ideologias de esquerda originárias principalmente da Europa. (LOWY, 1999).

Na prática, a região sustenta inúmeros exemplos, nem sempre bem sucedidos, mas ideologicamente frutíferos. Revoluções, movimentos sociais, culturais e políticos, partidos e governos de esquerda são motores da história latino-americana conferindo

profunda identificação entre a região e as lutas populares, movimentos de contestação, líderes revolucionários e heróis libertadores.

Há, porém, uma característica relevante para o estudo das esquerdas na região. A diversidade de experiências políticas identificadas como ideologicamente orientadas à esquerda, contrasta com a dificuldade de categorização precisa das semelhanças e diferenças entre elas. Dito de outra forma, a atual dificuldade em delimitar os contornos da definição de esquerda contrasta com a relativa facilidade de alguns anos atrás, quando a oposição ao sistema capitalista liberal era um definidor categórico. Entretanto, como afirma Norberto Bobbio (2001), isso não significa que atualmente a distinção entre direita e esquerda possa ter perdido o seu valor. A díade ainda possui significado. Além disso, na política brasileira, como aponta Ranincheski (1998), as distinções contidas no espectro direita-esquerda ainda são indicativas e influenciam a opinião dos eleitores. Na mesma linha de argumentação está André Singer (2000). O autor defende a tese de que, no momento do voto, a maior parte dos eleitores brasileiros divide-se em esquerda, centro e direita. A análise é baseada na interpretação dos resultados das eleições presidenciais brasileiras de 1989 e 1994. Além desses autores, uma série de estudos conclui que, mesmo que não tenhamos clareza do que são esquerda e direita, essas posições ideológicas influenciam os eleitores do mundo inteiro (INGLEHART e ABRAMSON, 1994; KNUTSEN, 1998; NOELLE-NEUMANN, 1998; POTTER, 2001).

A dificuldade dos cientistas em delinear alguma definição e, ao menos, retornar ao estágio que perdurou até a década de 1980, é relativamente compreendida. Em termos gerais, considera-se que as transformações advindas do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) marcam a redefinição do campo político e, principalmente, das esquerdas. Essa redefinição, que se reflete no conteúdo programático de parte da esquerda, não indica que as perspectivas tradicionais tenham perdido a validade ou demonstrado a limitação dos seus projetos. A vitória da democracia liberal na Guerra Fria não foi, necessariamente a vitória do melhor sistema para a humanidade, mas, possivelmente, do sistema que melhor soube disputar a guerra ideológica travada no pós II Guerra Mundial (NEGRI, 2003).

Na América Latina, o acirramento da disputa entre direita e esquerda, decorrente das ditaduras militares que perduraram até os fins do século XX, levou boa parte da esquerda a optar ou pela luta armada pela democracia popular, ou pela luta por qualquer abertura política. Com o fim das ditaduras, as esquerdas também se redefiniram. Além

disso, como havia uma identificação muito grande entre a esquerda e a URSS e se iniciava um período de abertura à participação no jogo democrático, parte das esquerdas buscou dissolver essa ligação para legitimar a participação na democracia liberal. Com isso, alguns setores que eram identificados como de esquerda desviaram-se dos propalados defeitos do socialismo, alcunhados, principalmente, pelos vitoriosos da Guerra Fria.

Um olhar panorâmico sobre a história recente revela a multiplicidade de esquerdas que coexistiram na América Latina no início do século XXI. Havia experiências de diferentes matizes ideológicos governando sob tal denominação. Os exemplos vão desde a esquerda tradicional de Cuba, ostentando quase solitariamente um modelo de características socialistas, ao Governo de Hugo Chávez, na Venezuela, propondo o “socialismo para o século XXI”. Algumas versões mais moderadas coloriam, com suas “novas” cores, o eixo das esquerdas latino-americanas.

Evo Morales, por exemplo, defendendo a inclusão de minorias políticas historicamente alijadas do poder, cuja sobrevivência era incompatível com o tipo de organização econômica que, acima de tudo, não atendia a suas necessidades e feria a sua cultura, formou uma nova sub-espécie da esquerda na região. A novidade do seu discurso foi converter a defesa da “*Pacha Mama*” em possibilidade de inserção da Bolívia no mercado internacional, dando significado, portanto, a uma ideologia de convívio crítico com o capitalismo.

Neste sentido, excetuado o caso de Cuba, que ostenta uma ideologia anti-capitalista, os demais governos latino-americanos identificados com a esquerda oscilavam entre ideologias mais ou menos permissivas na dimensão econômica. De um lado, casos como Evo Morales, Hugo Chávez e quiçá, Rafael Correa, do Equador, ostentando um discurso crítico ao capitalismo. De outro lado, exemplos como o de Lula no Brasil, dos Kirschner na Argentina, de Vázquez no Uruguai, dentre outros, que se alinham a uma ideologia pró-mercado e de convívio com o capitalismo.

Diferentes interpretações buscam explicar o fenômeno. Alguns intelectuais se posicionam contra a designação desses governos como sendo de esquerda (PETRAS, 2007; RAUS, 2006). Outros, separam em dois grupos, um denominado neopopulista e outro de governos da nova esquerda (CASTAÑEDA, 2006). Um terceiro conjunto de pensadores divide em governantes de esquerda (ou nova esquerda) e governantes de centro ou direita (MOREIRA, 2006). Por fim, outros intelectuais consideram todos

esses políticos como sendo de esquerda (ou nova esquerda), as diferenças entre as propostas seriam explicadas por variáveis locais (SADER, 2006).

As transformações ideológicas da esquerda latino-americana, entretanto, são reconhecidas com certa naturalidade pela literatura política. O mundo mudou e não se esperaria outra possibilidade senão modificar-se conforme a realidade.

O PAPEL DOS VALORES SOCIOPOLÍTICOS DEMOCRÁTICOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS ESQUERDA

Para Inglehart e Welzel (2006), uma nova configuração de valores sociopolíticos seria característica do desenvolvimento econômico das sociedades e não exatamente do fim da URSS ou da redefinição da agenda da esquerda. A modernização decorrente do desenvolvimento econômico leva, quase que inevitavelmente, à expansão de valores pós-materialistas. Em contraste com os valores materialistas, ligados à sobrevivência, na sociedade pós-industrial os valores de auto-expressão são o centro das preocupações dos indivíduos. O autor utiliza duas dimensões para demonstrar as transformações nos valores sociais. A primeira está nos polos valores tradicionais e valores secular-racionais e a segunda nos polos valores de sobrevivência e valores de auto-expressão. Com certas variações, a regra geral desenvolvida por Inglehart é que o desenvolvimento econômico (do capitalismo) conduz à passagem de uma sociedade industrial para uma pós-industrial, cujos valores principais são pós-materialistas. (INGLEHART e WELZEL, 2006).

Conforme Inglehart, a busca por auto-expressão e autonomia individual, ou, utilizando os termos de Fraser (2001), a centralidade do reconhecimento das identidades individuais, é característica das sociedades pós-materialistas. Em sociedades de baixo desenvolvimento econômico, de industrialização recente ou que ainda não atingiram a pós-industrialização, os valores centrais ainda estão ligados à necessidade de sobrevivência, portanto, ainda são valores materialistas e tradicionais. Nesse sentido, o estudo de Inglehart permite afirmar que a chamada nova esquerda é o reflexo da modernização e segue um direcionamento dos valores definido pelas condições econômicas.

Além disso, para Inglehart, outro aspecto praticamente inevitável da modernização é a democracia. Os processos de modernização iniciam com o desenvolvimento econômico, que provê segurança existencial aos indivíduos, o que conduz a mudanças

culturais (valores pós-materialistas) e culminam em mudanças políticas (instituições democráticas).

Nas palavras do autor,

“the rise of knowledge society brings another set of changes that move in a new direction, placing increasing emphasis on individual autonomy, self-expression, and free choice. Emerging self-expression values transform modernization into a process of human development, giving rise to a new type of humanistic society that is increasingly people-centered” (INGLEHART e WELZEL, 2006, p.I).

Essa transformação leva à democracia que, conforme o autor, é o sistema que melhor responde à liberdade e autonomia individual.

Para Inglehart, a sociedade que emerge da passagem do capitalismo para a sua fase pós-industrial é, portanto, composta por um conjunto de dimensões valorativas que engloba a democracia, a liberdade de expressão individual e a centralidade do indivíduo, esferas de valores com os quais a esquerda concorda. Dito de forma mais específica, se trata da emergência praticamente inevitável dos valores liberais, mas com um acento maior no reconhecimento das diferenças entre os indivíduos. É a exacerbação de um caminho que já estava idealizado no pensamento liberal clássico (GIDDENS (1996), desgarrado das amarras da tradição e da moral conservadora, o qual a esquerda adota nessa sua nova roupagem.

Partindo dos mesmos pressupostos de Inglehart, Flanagan (INGLEHART e FLANAGAN, 1987)⁴, contudo, questiona a dimensão de análise utilizada pelo autor para interpretar as transformações nos valores individuais. Conforme Flanagan, a dimensão de transformação dos valores materialista – pós-materialista é insuficiente, pois, “two distinct kinds of value change taking place in the advanced industrial democracies” (INGLEHART e FLANAGAN, 1987, p.1303). Além da distinção de Inglehart, Flanagan acrescenta a díade autoritário – libertário. Essa outra díade é fundamental, pois, conforme Flanagan, Inglehart simplifica a realidade e por isso, concebe as mudanças de forma linear. Para o autor, a sociedade não caminha apenas para a defesa da liberdade individual e da auto-expressão, mas também para o seu oposto, o acirramento das restrições morais. Nessa esfera é que se encontraria a distinção entre esquerda e direita, no que o autor chama de nova política. Assim como

⁴ Inglehart e Flanagan, no artigo “INGLEHART, Ronald, FLANAGAN, Scott. *Controversies: Value change in industrial societies*. American Political Science Review 81, 1289-1319, 1987” debatem que a transformação da política (o surgimento da nova política) é resultado das transformações no eixo de valores materialismo-pós-materialismo. Apesar de algumas divergências, ambos compartilham pressupostos e estão de acordo na maior parte das conclusões.

Fraser (1996), Flanagan afirma que a nova esquerda defenderia a liberdade de auto-expressão e a nova direita os valores morais tradicionais. Para Inglehart, a oposição aos valores pós-materialistas seria uma reação materialista à modernidade e não um conflito entre dois polos.

Assim, a esquerda, além de buscar o igualitarismo (BOBBIO, 2001) nos marcos da democracia liberal, também reivindicaria a liberdade individual, em termos de auto-expressão e identidade. Se tratando da esfera de valores, a esquerda seria, atualmente, a melhor representante dos valores característicos das sociedades pós-industriais, cujos valores, conforme Inglehart, inevitavelmente emergem do desenvolvimento do capitalismo. Pode-se concluir da descrição desses autores, que a nova esquerda perdeu o caráter reivindicativo e radical característico da esquerda marxista, não se opondo mais às bases valorativas do liberalismo. Ao contrário do que diz Giddens (1996), entretanto, a esquerda manteria seu caráter progressista e transformador.

Essas linhas gerais de análise não são suficientes para descrever a complexidade desses dois posicionamentos ideológicos que antes eram tão simples de definir. Ao investigarem o Canadá, Bakvis and Nevitte (1987) afirmam que os pós-materialistas não são necessariamente tolerantes, isto é, a homogeneidade e a linearidade percebidas por Inglehart não são claras quando observadas localmente. Se em uma dimensão um indivíduo pode ser considerado pós-materialista, em outra "postbourgeois man may not be as liberal and democratic as generally supposed" (p.357). Até mesmo Inglehart reconhece que, por exemplo, os Estados Unidos, uma sociedade pós-industrial, ainda mantém um pensamento conservador arraigado (INGLEHART e WELZEL, 2006).

Aparentemente, o que os autores vêm descrevendo é a readequação dos polos do espectro ideológico em torno de valores morais liberais. Assim, esquerda não mais é uma linha de pensamento contrária a um modelo econômico baseado no individualismo possessivo (MACPHERSON, 1978), liberdade de mercado, propriedade privada e salário, cujo objetivo é suplantando esses elementos ou pelo menos torná-los menos injustos. A esquerda, como reflexo das sociedades existentes, busca avançar em termos de direitos identitários, liberdade de expressão e democracia, tendo o indivíduo como centro. A descrição mostra que, ao menos nessa esfera, a nova esquerda perdeu o sentido de contraposição à direita enquadrando suas propostas não apenas à democracia mas aos valores sociopolíticos liberais.

IDEOLOGIA DEMOCRÁTICA E AMARRAS LIBERAIS: OS LIMITES DA ESQUERDA NA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA

O conceito de ideologia desvenda como os valores liberais penetram no conjunto do tecido social. Assim como a teoria democrática e as noções de esquerda, porém, o conceito repousa na incerteza de significados, o que dificulta a sua compreensão. Além disso, a diversidade de interpretações se traduz em divergências. Conforme Giddens, “if are such things as contested concepts, and if there were a prize for the most contested concept, the concept of ideology would very nearly rank first” (GIDDENS, 1991, p.21).

Eagleton (1997) lista pelo menos 16 concepções diferentes para o termo e deixa claro que a sua lista não abarca a totalidade. Essa variedade ocorre, em grande medida, porque o seu uso foi sendo adotado por interesses políticos e discursivos nos múltiplos espaços de comunicação existentes na sociedade atual. A popularização do termo foi seguida pelo aprofundamento de sua conotação negativa. Como afirma Bourdieu, “descrever uma afirmação como ideológica é, muitas vezes, um insulto, de modo que essa própria designação torna-se um instrumento de dominação simbólica” (BOURDIEU e EAGLETON, 1996, p.266).

A noção de ideologia possui duas vertentes principais, uma **política** e a outra **epistemológica** (EAGLETON, 1997). A noção política remonta à desconfiança entre adversários (MANNHEIM, 1956, p.56). Essa perspectiva, conforme Mannheim (1956), é descrita primeiramente por Maquiavel, que apesar de não utilizar o termo ideologia, afirma que “o pensamento do palácio é uma coisa e outra bem diversa o da praça pública” (MANNHEIM, 1956, p.58). Desta forma, ressalta que existiriam diferenças entre o pensamento dos senhores e dos servos, motivadas por suas distintas posições sociais. A noção epistemológica, por sua vez, possui raízes ainda mais profundas que chegam às origens da metafísica, com o pensamento platônico⁵, passando pelo *Novum Organum* de Francis Bacon e sua concepção sobre os *ídolos*, que representam as falsas crenças que impediriam o desenvolvimento do conhecimento objetivo.

Mannheim alerta, porém, que “a história do conceito de ideologia, de Napoleão ao marxismo, a despeito das mudanças no conteúdo, conservou o mesmo critério político de realidade” (1956, p.68). Esse critério se baseia na observação das relações

⁵ Como afirma Konder (2002, p.15), em seu Mito da Caverna, “Platão já advertia seus contemporâneos de que podiam estar enxergando sombras e pensar que estavam vendo seres reais”. Com isso, Platão alerta para a distinção entre a essência de um ser e a sua aparência, o que pode ser considerado uma construção teórica fundamental para a posterior formulação do termo ideologia (no sentido de falsa consciência).

sociais, ou, dito de outra forma, o conceito de ideologia sempre exprime a preocupação com a forma com que a situação de vida influencia o pensamento (MANNHEIM, 1956).

A literatura sobre ideologia costuma se dividir em duas principais correntes conceituais. A primeira,

“is called a ‘world-view’, or even a Weltanschauung, by English American writers who believe that there is no exact English equivalent of this German word. This notion of a ‘world-view’ or Weltanschauung or (to give it another name) ‘total ideology’, is not altogether clear” (PLAMENATZ, 1970, p.17).

Essa primeira acepção do conceito, denominada, portanto, como ideologia total, ou, como ideologia fraca, nos termos de Stopinno (2003), “designa sistemas de crenças políticas, conjunto de ideias e valores cuja função é a de orientar comportamentos coletivos relativos à ordem pública”

A segunda corrente, denominada concepção particular⁶, forte, negativa ou falsa consciência, considera que ideologia são as ideias e representações deformadas ou disfarçadas da realidade, “cujo verdadeiro reconhecimento contraria interesses” (MANNHEIM, 1956, p.51). Essa acepção está vinculada diretamente ao trabalho de Marx, que a desenvolve, principalmente, no texto *A Ideologia Alemã*, definindo a ideologia como falsa consciência. Löwy (1985, p.12) ressalta que, “quando Marx, na metade do século XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está utilizado em seu sentido napoleônico, isto é, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores, que ignoram a realidade”.

De certa forma, para Marx, em *A Ideologia Alemã*, a formação da ideologia inicia com a universalização dos valores contrários aos valores dos grupos dominantes, que abarcam interesses tanto da futura classe dominante quanto dos grupos que serão dominados. Neste primeiro momento, segundo Marx, não se trata de ideologia, mas da consciência das contradições sociais. Somente com o estabelecimento de uma nova classe dominante, a consciência se torna ideologia (falsa consciência), pois a nova classe dominante necessita legitimar a manutenção de sua posição, escondendo as novas contradições que se estabelecem na sociedade. Para isso, conseguem naturalizar os

⁶ Se considerarmos a compreensão de Mannheim (1956), em seu livro “*Ideologia e Utopia*”, a perspectiva particular tem duas características principais, a primeira é a sua origem psicológica, portanto, individual. A segunda é a noção de que ideologia se trata de uma mentira cujo objetivo é enganar o interlocutor. Por isso, o autor afirma que a noção de ideologia como falsa consciência, tal qual a formulada por Marx, não é particular, mas uma fusão entre a perspectiva total e a particular. O detalhe é que parte da literatura sobre ideologia denomina o conceito marxista como particular, principalmente por não conhecerem integralmente a obra de Marx.

valores que haviam sido universalizados (LARRAIN, 1979). Embora para Marx ideologia seja a falsa consciência, se se considera a ideologia como visão de mundo decorrente da posição social (ou classe), ela está presente na teoria marxista como consciência, durante a necessária universalização dos valores que torna possível a revolução (MARX, 1965). Dito de outra forma, a ideologia total está presente em Marx, porém é compreendida como consciência.

Frente à diversidade de compreensões a que o conceito de ideologia está submetido, uma tentativa sociológica de pôr ordem na confusão foi “realizada pelo famoso sociólogo Karl Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia*, onde procura distinguir os conceitos de ideologia e utopia” (LÖWY, 1985, p.13). O autor compreende dois significados do conceito, a ideologia total e a particular, ambas

“retornam ao sujeito seja este indivíduo ou grupo, tencionando compreender o que ele afirma (...) isso quer dizer que opiniões, afirmações, proposições e sistemas de idéias não são considerados na forma em que se apresentam, mas interpretados à luz da situação de vida de quem as exprime” (MANNHEIM, 1956, p.52).

Por conseguinte, tanto o conceito de ideologia total quanto o conceito de ideologia como falsa consciência, consideram que as ideias são funções de quem as sustenta decorrentes do seu meio e posição social.

Segundo Mannheim, ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno. Para ele, a primeira é caracterizada pelo objetivo de manter o *status quo* e a segunda pelo objetivo de sua transformação. Assim, ideologia é considerada como o conjunto de representações, ideias e concepções que servem para legitimar e conservar a tradição e a ordem estabelecida, enquanto utopia corresponde aos ideais que aspiram outra realidade, possuindo uma dimensão crítica e outra subversiva.

Löwy (1985) propõe denominar esse tipo de ideologia como visões sociais de mundo, que “seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas” (p.13). Como Mannheim se dedica à tarefa de constituir uma sociologia do conhecimento⁷, sua premissa é que a formação do pensamento advém em grande medida da estrutura social em que os indivíduos estão inseridos.

O autor afirma que é incorreto acreditar que o indivíduo isolado pense, mas que “ele participa do processo levando avante o que outros pensaram antes dele. Encontra-se

⁷ A preocupação de Mannheim, portanto, é também com a condição particular das ciências sociais devido à peculiaridade de seu objeto de estudo. Como garantir objetividade às ciências sociais se elas são tão facilmente marcadas pelos valores? A resposta era o reconhecimento e controle desses valores.

dentro de uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados” (MANNHEIM, 1956, p.3). Decorre que, mesmo em sociedades em que existe multiplicidade de pensamentos, “enquanto os mesmos sentidos de palavras, as mesmas maneiras de deduzir idéias são inculcadas desde a infância em cada membro do grupo é impossível existirem neste, processos de pensamento divergentes” (MANNHEIM, 1956, p.6).

Mesmo que ocorram, as modificações graduais na forma de pensar são imperceptíveis em sociedades estabilizadas. Segundo o autor, em sociedades estáveis o ritmo de adaptação do pensamento aos problemas que se apresentam na vida social é lento. A multiplicidade de formas de pensar somente surge aos olhos dos indivíduos devido a um processo histórico gradual, que envolve diversas gerações.

Quando há movimento social em uma sociedade aparentemente estável, porém, a diversidade de pensamentos se torna perceptível. Especificamente, quando o indivíduo se move de uma posição para outra, de um país para outro, de uma cultura para outra etc. (mobilidade horizontal) ou passa por uma ascensão ou descensão entre camadas sociais (mobilidade vertical) a diversidade de pensamento é percebida.

A diversidade de pensamento em uma sociedade estável e a sua percepção pelos indivíduos, por sua vez, é insuficiente para alterar ou abalar intelectualmente os grupos dominantes. Para Mannheim, em uma sociedade, os indivíduos “cooperam ou competem em grupos diversamente organizados e, assim fazendo, ora pensam em comum, ora antagonicamente” (1956, p.3). Consequentemente, “enquanto só se concede prestígio social às realizações da camada superior, esta classe não vê motivos para questionar a sua própria existência social e o valor de suas realizações” (MANNHEIM, 1956, p.7).

Cada grupo, por sua vez, possui um conjunto de intelectuais que desenvolvem a forma de pensar e o aparato conceitual que fornece uma interpretação do mundo para o grupo social de que faz parte. Essa camada intelectual, denominada por Mannheim de *Intelligentsia*, possui um caráter bem definido em sociedades mais estáticas e menos em sociedades em movimento.

Os intelectuais (*Intelligentsia*), por sua posição e função singulares na sociedade se distanciam da realidade concreta, dos conflitos e dos problemas da vida cotidiana. Por isto, suas formulações são ideológicas, no sentido napoleônico do termo, escolásticas e descoladas dos conflitos com as demais formas de pensamento presentes na sociedade.

Para Mannheim, portanto, não se trata de uma tentativa de enganar, mentir, dissimular uma realidade para as demais classes ou indivíduos. A ideologia é o conjunto de valores e crenças relativos a determinada posição social, por isto, se uma sociedade é marcada pela contradição entre classes, diversidade religiosa, oposição entre grupos etc. as suas ideias e concepções de mundo também estarão em disputa. A camada dominante terá suas ideias e visões de mundo como dominantes em sociedades em que outros grupos não consigam expressar suas próprias ideias por meio de seus intelectuais. Segundo o autor, contudo, com a democracia moderna é possível que grande parte dos grupos sociais se expresse e que suas ideias e forma de pensar causem um impacto real nos valores de uma sociedade. Nas suas palavras,

só quando se processa uma democratização geral que a elevação das camadas inferiores permite que seu pensamento adquira importância pública. É esse processo de democratização que primeiro possibilita às maneiras de pensar das camadas inferiores, até então desprovidas de validade pública, adquirir validade e prestígio. (MANNHEIM, 1956, p.7-8).

Para Mannheim, portanto, na democracia existe multiplicidade de formas de pensar. Diferentes ideologias – trazidas e interpretadas por intelectuais – disputam espaço político e, simultaneamente, se fundem umas nas outras, uma vez que existe mobilidade social.

Neste sentido, pesquisas (SINGER, 2000; LIPSET, 1959) mostram que, para o eleitorado, o pertencimento a determinada classe não identifica necessária e diretamente o conteúdo do voto, mas consiste em uma aproximação de posições ideológicas em um sentido fraco. Dito de outra forma, a disputa política apresenta formas de identificação ao eleitor (como bandeiras, cores, lemas etc.) que vão ao encontro dos seus sentimentos ideológicos (MILLER & SHANKS, 1996; KNIGHT & LEWIS, 1996), porém, não são suficientes para definir, de forma estruturante, o tipo de conteúdo escolhido pelos indivíduos. Essas ideologias, portanto, são fracas (STOPINNO, 2003) por não possuírem força para definir o que pensam e desejam os eleitores. Por outro lado, existem ideologias capazes de fornecer uma visão estruturante do mundo, sob a qual se baseiam as opiniões ditas individuais, por isso, são chamadas de ideologias fortes por Stopinno (2003), ou, utilizando a concepção de Gramsci, como ideologias hegemônicas. A ideologia hegemônica, portanto, é capaz de definir os limites internos da democracia em relação aos possíveis conteúdos ideológicos por ela suportados (ideologia fraca).

A ideologia forte, estruturante ou hegemônica, pode ser identificada naquilo que Inglehart (2006) denomina como valores sociopolíticos que moldam, em termos gerais,

as visões de mundo, convicções morais e juízos de valor. Na esfera política, envolve a valorização de ideais liberais que legitimam e dão sentido à democracia. Como descreve Sartori (1994), a democracia se torna um valor em si. As críticas ao liberalismo político e, portanto, à democracia, trazidas pela esquerda mais radical, de cunho marxista, perdem sua força. A nova esquerda se molda aos limites ideológicos, reformulando suas propostas, não apenas para atender aos ditames do poder econômico, mas para conformar seus ideais aos valores liberais que moldam a existência social dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os critérios mínimos para a existência de democracias, elaborados por Robert Dahl, estão presentes na América Latina no período posterior aos regimes autoritários vividos na região. O postulado da abertura à contestação ou, dito de outra forma, a necessária garantia às diversas concepções ideológicas presentes nas complexas sociedades modernas de postularem transformações profundas da sociedade, entretanto, não pode ser considerada sem a devida atenção às mudanças ideológicas que legitimam a democracia e restringem os conteúdos da esquerda.

Dahl (2005) define como hegemonia inclusiva a condição de sistemas parcialmente democráticos em que existe participação, mas não há possibilidades de contestação institucional plena. Embora não existam limitações institucionais à proposição de programas de esquerda, a mudança de valores sociopolíticos (ideologia forte) analisada por Inglehart, configura-se como um paradoxo da democratização. Por um lado, o desenvolvimento socioeconômico amplia uma cultura política democrática, por outro, confere homogeneidade aos conteúdos de contestação, delimitando-os aos valores liberais.

Desta forma, mesmo em uma região marcada pela desigualdade socioeconômica, em que as demandas redistributivas que definem a contestação da esquerda poderiam estar vívidas, parte da esquerda reformula sua agenda político-econômica com o objetivo de atingir a vitória eleitoral. Sob a alcunha de pós-neoliberal (SADER, 2010), parte da esquerda - ou da denominada nova esquerda - adere a uma agenda que destoava daquela defendida no passado e se aproxima tanto da direita quanto de novos horizontes de reivindicações e lutas que surgem devido, em grande parte, à consolidação de instrumentos de participação e valores democráticos pós-materialistas.

O paradoxo da mudança de valores e da democratização na América Latina é percebido na nova esquerda que perde o caráter anti-sistêmico que definia as ideologias de esquerda na região. Não se trata de resultado esperado pela dinâmica da democracia, que por meio da busca pelo consenso equilibra institucionalmente as propostas conforme as distintas forças existentes no cenário político. A nova esquerda assume que para chegar ao poder deve abandonar programas eleitorais ideologicamente caracterizados como de esquerda. Assim, o fenômeno de restrição dos conteúdos ideológicos que compõem o espectro político na democracia reduz também a dimensão da abertura à contestação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKVIS, Herman; NEVITTE, Neil. *In Pursuit of Postbourgeois Man: Postmaterialism and Intergenerational Change in Canada*. Comparative Political Studies, Vol. 20, No. 3, 357-389, 1987.

BOBBIO, Norberto *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 2001.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

CASTAÑEDA, Jorge G.. *Latin America's Left Turn*. Foreign Affairs, May/June 2006. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20060501faessay85302/jorge-g-castañeda/latin-america-s-left-turn.html>. Acessado em: outubro de 2006.

Dahl, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo e UNESP, 1997.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*. In: SOUZA, Jessé. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Four Theses on Ideology*. In: KROKER, Arthur; KROKER, Marilouise (orgs.). *Ideology and Power in the age of Lenin in Ruins*. New York: St. Martin's Press, 1991.

_____. *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Unesp, 1996.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and Postmodernization*. Princeton University Press, 2006.

_____; ABRAMSON, Paul R. *Economic Security and Value Change*. American Political Science Review. n. 88, 1994

_____; FLANAGAN, Scott. *Controversies: Value change in industrial societies*. American Political Science Review 81, 1289-1319, 1987

_____; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge University Press, 2006.

KNIGHT, Kathleen; LEWIS, Carolyn V.. Does Ideology Matter? In: GINSBERG, Benjamin; STONE, Alan (orgs.). *Do Elections Matter?* Armonk: Sharpe, 1996.

KNUTSEN, Oddbjorn. *Europeans Move Towards The Center: A Comparative Longitudinal study of Left-Right Self-Placement in Western Europe*. International Journal of Public Opinion Research. n 10. 1998.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LARRAIN, Jorge. *The Concept of Ideology*. Athens: The University of Georgia Press; London: Hutchinson, 1979.

LIPSET, Martin Seymour. *Political man: the social bases of politics*. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1959.

LOWY, M. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

MACPHERSON, C.B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

_____. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia. Introdução à Sociologia do Conhecimento*. Porto Alegre: Globo, 1956.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã e outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MILLER, Warren; SHANKS, J. Merrill. *The New American Voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MOREIRA, Carlos. *El nuevo mapa político en América Latina: Giro a la izquierda?* América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.6. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2006.

NEGRI, Camilo. *A não consolidação de propostas de esquerda na democracia latino-americana: um estudo comparativo entre Brasil e Chile*. Brasília: UnB, 2003. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília).

_____; CASTRO, Henrique Carlos. de Oliveira de. *Governos de Esquerda? O deslocamento ideológico dos governos Lula (Brasil) e Tabaré Vázquez (Uruguai)*. In: A. M. Fernandes; S. Ranincheski (Eds.); *Américas Compartilhadas*, 2009. Brasília: Editora Francis e Verbena Editora.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *A shift from the right to the left as an indicator of value change: a battle for the climate of opinion*. International Journal of Public Opinion Research Vol. 10 No. 4, 1998.

PETRAS, James. *Latin America: Four Competing Blocs of Power*. Disponível em: <http://petras.lahaine.org/articulo.php?p=1700&more=1&c=1>. Acesso em: dezembro de 2007.

PLAMENATZ, John. *Ideology*. New York, Praeger, 1970.

POTTER, Corrie. *Left-Right Self-Placement in Western Europe: What Responses and Non-Responses Indicate*. Disponível em: <http://www.polisci.wisc.edu/~behavior/papers/Potter2001.pdf>. 2001.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

RANINCHESKI, Sônia. *A dimensão esquerda-direita e a sua relevância no comportamento eleitoral: um estudo longitudinal*. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique de Oliveira de; e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (orgs.). *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/ Centro Educacional La Salle, 1998.

RAUS, Diego. *Las Izquierdas en el Gobierno en América Latina*. América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.6. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2006.

SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O longo ciclo eleitoral latino-americano*. OSAL, Ano VII, Nº 21 Set-Dec, 2006.

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada. 1. O debate contemporâneo*. São Paulo: Ática, 1994.

SINGER, André. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

STOPPINO, Mario. *Ideologia* (verbetes). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2003.

Recebido em: 04/05/2014
Aprovado em: 28/07/2014